Sintunesp
ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP
Nº 106
Julho de 2012
GESTÃO 'TRABALHO, UNIÃO, PERSEVERANÇA E LUTA' (2009-2012)

Informes do Jurídico

Confira o andamento das ações da insalubridade, retroativo do ADP, devolução de contribuição previdenciária aos inativos, entre outras, *nas páginas 8 e 9*

NÃO À DISCRIMINAÇÃO! NÃO SOMOS CIDADÃOS DE SEGUNDA CLASSE! PARIDADE, JÁ!

Eleições na Unesp

VOTO DE PROTESTO

contra o processo antidemocrático e discriminatório

"Sumiço" do voto nulo não vai impedir que os servidores demonstrem sua indignação. Para fazer valer as deliberações aprovadas no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, a orientação agora é votar em branco.
Confira nas págs. 2 e 3

Sindicato tem eleições no segundo semestre. Assembleia escolhe a Comissão Eleitoral no dia 10 de agosto

Págs. 6 e 7

Pauta Específica

Equiparação continua em pauta. Sintunesp cobra compromisso de rediscussão em novembro

Pág. 5

Audiência pública denunciou a criminalização dos movimentos nas universidades

Pág. 11

Apoio à greve nas universidades federais

Pág. 6

Pela aprovação dos 10% do PIB para a educação *- Pág. 12*

Editorial

A necessária unidade entre todos os que lutam em defesa da universidade pública

As negociações da Pauta Unificada 2012 ficaram limitadas ao anúncio, por parte do Cruesp, do reajuste de 6,14% em maio. Servidores docentes e técnico-administrativos não conseguiram, neste ano, um grau de mobilização que lhes permitisse forçar os reitores a negociarem seriamente as perdas salariais e o restante das reivindicações.

De junho em diante, as atenções dos servidores técnico-administrativos da Unesp voltaram-se para as reuniões entre Sintunesp e reitoria, visando o debate da Pauta Específica. Um dia de paralisação, em 13 de junho, na maior parte dos campi, acompanhou a primeira delas. No dia 29 de junho, foi realizada a segunda reunião. Os resultados de ambas, como se vê em matéria na página 5, estampam alguns avanços, mas ainda há muito a conquistar, especialmente nos itens relacionados à equiparação de pisos e benefícios com a USP e a Unicamp.

Um dos avanços mais expressivos é, sem dúvida, a extinção do teto salarial para pagamento do auxílio alimentação, reajustado para R$ 500,00. Agora, todos os servidores docentes e técnico-administrativos receberão o benefício. A medida, pleiteada pelo Sintunesp há anos, é mais do que justa e nos remete a algumas reflexões importantes.

No final dos anos 80, no decorrer dos 90 e início deste século, as lutas nas universidades estaduais paulistas, em especial na Unesp, tinham um componente essencial: em boa parte dos campi, professores e funcionários travavam a luta conjuntamente, faziam greves e manifestações lado a lado. Em alguns campi, como é o caso de Bauru, havia inclusive a tradição de assembleias conjuntas.

Este quadro sofreu uma nítida mudança nos últimos anos, com o enfraquecimento desta unidade e, talvez não por acaso, com menos conquistas a comemorar. Na avaliação do Sintunesp, essa situação não é produto apenas do expressivo ingresso de novos docentes e servidores nos quadros da Universidade, ainda não habituados à luta.

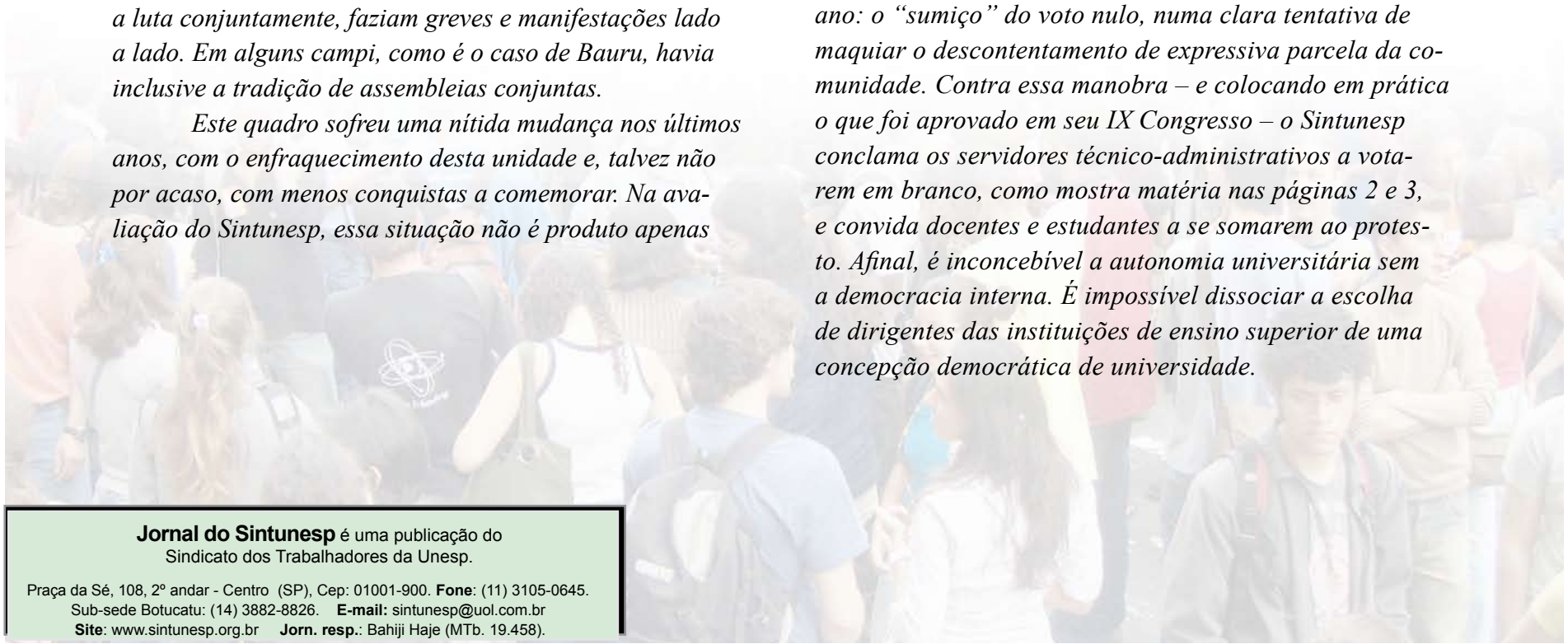
A razão de fundo é o fortalecimento de um modelo de educação superior pública que se fundamenta na precarização das condições de trabalho, por meio da terceirização e do incentivo ao crescente espaço ocupado pelas fundações "ditas" de apoio, da valorização do produtivismo entre os docentes, entre outros. O resultado mais danoso deste modelo é a naturalização das saídas individuais como mecanismo de satisfação das necessidades salariais, em oposição à ação coletiva e de luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho de ambas as categorias.

A extinção do teto salarial para recebimento do auxílio alimentação poderia ser acompanhado de mais conquistas. Para isso, no entanto, o resgate e o fortalecimento da unidade das categorias, na luta, é vital.

Voto de protesto

As eleições para reitor da Unesp, marcadas para 17 a 20 de setembro de 2012, mais uma vez, serão antidemocráticas e discriminatórias. O voto de dois dos segmentos que compõem a Universidade – servidores técnico-administrativos e estudantes – novamente terá peso menor: 15% para cada.

Não bastasse essa odiosa discriminação entre os segmentos, uma nova arbitrariedade foi introduzida neste ano: o "sumiço" do voto nulo, numa clara tentativa de maquiar o descontentamento de expressiva parcela da comunidade. Contra essa manobra – e colocando em prática o que foi aprovado em seu IX Congresso – o Sintunesp conclama os servidores técnico-administrativos a votarem em branco, como mostra matéria nas páginas 2 e 3, e convida docentes e estudantes a se somarem ao protesto. Afinal, é inconcebível a autonomia universitária sem a democracia interna. É impossível dissociar a escolha de dirigentes das instituições de ensino superior de uma concepção democrática de universidade.



Jornal do Sintunesp é uma publicação do
Sindicato dos Trabalhadores da Unesp.

Praça da Sé, 108, 2º andar - Centro (SP), Cep: 01001-900. **Fone**: (11) 3105-0645.
Sub-sede Botucatu: (14) 3882-8826. **E-mail:** sintunesp@uol.com.br
Site: www.sintunesp.org.br **Jorn. resp.**: Bahiji Haje (MTb. 19.458).

Universidade

Eleições na Unesp

Contra o processo antidemocrático e discriminatório, Sintunesp indica voto de protesto

"Sumiço" do voto nulo não vai impedir que os servidores demonstrem sua indignação. Para fazer valer as deliberações aprovadas no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, a orientação agora é votar em branco

A escolha dos novos ocupantes aos cargos de reitor e de vice-reitor da Unesp (gestão 2013-2016) acontece nos dias 17 a 20 de setembro de 2012. A única chapa inscrita – Julio Cezar Durigan para reitor e Marilza Vieira Cunha Rudge para vice – foi homologada pela Comissão Eleitoral Central no dia 29 de junho. Ambos se desincompatibilizaram de suas respectivas funções, vice-reitor em exercício e pró-reitora de Pós-Graduação, no dia 30 de junho.

Em maio, a Adunesp e o Sintunesp divulgaram o documento conjunto "*Carta Aberta ao Colégio Eleitoral da Unesp*", contendo as propostas das entidades visando a democratização – em especial a volta da paridade entre os três segmentos – do processo de escolha dos novos dirigentes da Universidade. Nenhuma foi acolhida. Em 2012, mais uma vez, teremos um processo eleitoral antidemocrático e discriminatório.

O "sumiço" do voto nulo

Na reunião em que aprovou a regulamentação das eleições à reitoria da Unesp, em 16/6/2012, o Colégio Eleitoral inseriu uma medida bastante questionável e até surpreendente: extinguiu o voto nulo!

Para o Sintunesp, trata-se de uma clara tentativa de "abafar" o protesto da comunidade, tradicionalmente expresso nos votos nulos. Para os que desejam votar nulo, o recado implícito é: "não participe do processo". Assim, convenientemente, os votos de protesto não apareceriam no cômputo geral. Para ser validada, basta que a única chapa inscrita obtenha mais da metade dos votos considerados válidos.

Ora, mas votar nulo é um direito reconhecido em quaisquer eleições, sejam elas para

síndico de prédio, presidente da República ou reitor da Unesp.

Por isso, diante desta nova arbitrariedade, o Sintunesp reafirma a decisão aprovada no IX Congresso da categoria, realizado em novembro passado, que foi a de votar nulo nas eleições a reitor, caso a paridade não fosse restabelecida. Em lugar do voto nulo, os servidores são chamados a comparecer e a votar em branco para registrar o protesto.

A volta da paridade é fundamental

Muitos dos servidores docentes e técnico-administrativos, notadamente os que ingressaram na Universidade mais recentemente, não sabem que o processo de escolha dos dirigentes da Unesp, antes de 1996, era bem diferente do atual.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (lei nº 9.394/96) deu início a uma etapa de restrição à autonomia universitária em todo o país. Na Unesp, a nova legislação serviu de estímulo aos setores mais retrógrados, culminando com a aprovação, pelo Conselho Universitário, de uma reforma nos estatutos da Universidade que pôs fim aos processos democráticos que vinham sendo observados.

As experiências de escolha para reitor e vice anteriores a 1996 apontavam para a consolidação de uma prática democrática iniciada em 1983. Naquele ano, a comunidade acadêmica – representada pela Adunesp S. Sindical, DCE-Helenira Rezende e Comissão dos Funcionários (o Sintunesp viria a ser criado em 1989) – enfrentou e venceu o conservadorismo e o autoritarismo da legislação e dos dirigentes, conquistando a consulta paritária para a eleição dos postos executivos.

O movimento de democratização da Unesp teve um importante impulso naquele momento. Essa luta propiciou ganhos concretos para a democracia no interior da universidade, não só expressa no Estatuto de 1988, como também em todas as consultas paritárias realizadas pelo Colégio Eleitoral desde então.

Embora certos procedimentos de eleição, como é o caso da paridade na consulta, não estivessem previstos estatutariamente, a vontade política da comunidade era respeitada por meio de pactos consensuais nas diversas instâncias de tomada de decisões.

Atualmente, nada impede que a comunidade unespiana volte a ser consultada de forma paritária, como ocorria antes de 1996. Este mesmo questionamento vem sendo feito em universidades públicas de todo o país, sendo que em várias delas os processos democráticos foram restabelecidos.

As eleições para a reitoria da Unesp em 2012, aliás, acontecerão em meio a um crescente movimento pela democratização das estruturas de poder nas universidades públicas, como se viu há pouco na mobilização da comunidade acadêmica da UnB, que referendou

Universidade

a realização de consulta paritária na escolha do novo reitor este ano, a exemplo do que já havia ocorrido em 2008. A decisão foi aprovada no Conselho Universitário (Consu) da UnB, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2012.

Gestão democrática

Além da volta da paridade na consulta para a escolha dos novos dirigentes da Unesp em 2012, passo fundamental para a concretização da democracia dentro da Universidade, Sintunesp e Adunesp também reivindicaram do Colégio Eleitoral o fim da exigência de titulação mínima aos candidatos, bem como a inscrição de chapas completas – reitor, vice-reitor, pró-reitores etc –, de modo que a comunidade conheça, antes das eleições, o perfil e as propostas de todos os que almejam dirigir a Universidade. Nada disso foi implementado.

Convite aos docentes e estudantes

O Sintunesp conclama a categoria docente e o segmento estudantil a engrossarem o protesto dos servidores técnico-administrativos nestas eleições, votando em branco para reitor.

É inconcebível a autonomia universitária sem a democracia interna. É impossível dissociar a escolha de dirigentes das instituições de ensino superior de uma concepção democrática de universidade.

Reitoria descumpre determinação do PDI

Em 2008, a participação organizada do Sintunesp durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp contribuiu para algumas deliberações importantes, aprovadas e inseridas no texto final. Entre elas, está a que determina à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder da instituição.

Embora houvesse se comprometido publicamente a encaminhar este debate nos órgãos colegiados centrais, conforme o aprovado no PDI, o vice-reitor em exercício, professor Julio Cezar Durigan, atualmente afastado para concorrer à reitoria, não cumpriu a palavra.

Artigo

Pela defesa e cumprimento do exercício da democracia em nossas Universidades

** Por Wagner Alexandre*

A inconstitucionalidade das leis na visão daqueles que, com criatividade, nos impõem falsas doutrinas e interesses pessoais, no sentido de mostrar poder, provavelmente para tentar fazer parte da cúpula exemplar, composta de grandes personagens políticos, que desfrutam de vantagens e envolvimentos em situações pouco recomendáveis e de cunho duvidoso, me permite uma lamentável visão.

É com essa lamentável visão que comento sobre os novos rumos e o futuro das nossas Universidades, que nos reservam temores e aflição, a começar pela conveniência política. Em vez de colocá-las diante da obediência aos ditames constitucionais, se cegam para as normativas, limitando-se a resolver muitas situações com uma única frase: "É constitucional ou inconstitucional".

Assim, a nossa "Constituição" fica à mercê da conveniência do momento e/ou do entendimento de cada um segundo a sua interpretação. Aí se incluem os nossos políticos, eleitos por nós, que somos mais que meros eleitores. Somos cidadãos e fazemos parte da sociedade brasileira que não erra, estuda os programas de governo e analisa a idoneidade de cada candidato antes de votar, seja no processo eleitoral do país ou específico das instituições em que trabalhamos, sempre com o propósito de evitar que pessoas desonestas e que não honrem com seus compromissos de campanha assumam o poder. Tanto que ninguém vai pescar no dia das eleições, pois, conscientemente, exercemos o nosso dever cívico.

Vivemos em um país que prega a paz e a democracia para o mundo inteiro, um Estado que cuida de seus filhos, principalmente daqueles mais queridos pela mãe pátria. Aos que governam, nada lhes falta, inclusive a imunidade.

Nossa Constituição adotou os princípios constitucionais e, entre eles, temos os princípios da isonomia, legalidade e moralidade. Princípios que os demais não ferem, mas respeitam a imunidade e o fórum privilegiado dos protegidos, pois a lei é igual para todos os que não foram acolhidos pela mãe gentil. Parece que estou falando de algo incomum ou desconhecido, não é mesmo? Mas estou falando também das nossas Universidades. Por mais absurdo que possa parecer, a "carapuça" nos veste muito bem. Onde está a "democracia" que tanto se prega em nossas Universidades?

Consideradas em discursos vazios como "democráticas", na prática nossas Universidades são extremamente conservadoras e ultrapassadas, e ainda tratam os iguais como desiguais, insistem na preservação antidemocrática quando estabelecem diferentes pesos em seus processos eleitorais e diferentes percentuais para a representatividade de suas categorias. Como formadoras de opiniões e de cidadãos, nossas Universidades deveriam ser a vanguarda na defesa dos princípios da isonomia, legalidade e moralidade.

É por tudo isso que não podemos jamais concordar com esse posicionamento antidemocrático e discriminatório das nossas Universidades, entre elas a Unesp. Isso entusiasma a mim, como servidor, a empunhar a bandeira da "DEMOCRACIA" e a clamar por "PARIDADE, JÁ" nos processos eleitorais e em nossas representações.

---

* **Wagner Alexandre** *é servidor do campus de Araçatuba e diretor do Sintunesp. Texto lido durante a 'Palavra dos membros', na reunião ordinária do CO da Unesp, em 28/06/2012.*

Data-base 2012

Pauta Específica

Sintunesp registra avanços e cobra compromisso da reitoria de rediscutir as reivindicações em novembro

Os diretores do Sintunesp reuniram-se com a reitoria duas vezes para discutir as reivindicações da Pauta Específica de 2012, nos dias 13 e 29 de junho.

Pressionado pelo Sindicato, o reitor em exercício, professor Julio Cezar Durigan, comprometeu-se a reabrir as negociações em novembro. Durigan disse que, caso a arrecadação do ICMS chegue ao previsto pelo governo, poderá atender às reivindicações não contempladas no momento. A estimativa do governo para a arrecadação líquida do ICMS em 2012 é de R$ 78.729.412.370. Deste total, 9,57% destinam-se à Unesp, USP e Unicamp.

A seguir, acompanhe um resumo das negociações realizadas até o momento:

Plano de Carreira - ADP

Após insistência dos representantes do Sintunesp, o reitor concordou que a Comissão de Estudos da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos deverá ser renovada. A Comissão fará estudos e apresentará uma proposta a respeito da equiparação e de todas as outras reivindicações que compõem este item. O Sintunesp estará atento na cobrança de que os trabalhos da Comissão sejam efetivados o mais breve possível.

Vale Alimentação

A reivindicação apresentada é de equiparação com os valores pagos atualmente nas outras universidades estaduais paulistas (em torno de R$ 600,00). A proposta feita pela reitoria da Unesp, no entanto, foi de R$ 500,00 para todos os servidores técnico-administrativos e docentes (fica extinto o teto salarial). O Sintunesp cobrou o pagamento deste benefício nas licenças consideradas legais (como a licença prêmio, licença saúde, faltas abonadas e para os aposentados). O reitor disse que tratará do assunto com a coordenação do PGSST/Unesp, para verificar a legalidade de aplicação deste pagamento.

Vale Transporte

Quanto à reivindicação de pagamento deste benefício para todos os servidores, independente do teto, o reitor disse: "Chegará o momento de retirar o teto e oferecer a todos, mas isso não é possível agora". Após insistência do Sintunesp, Durigan concordou em aumentar o teto para R$ 5.000,00.

Auxílio Creche

O valor foi reajustado para R$ 450,00, sendo mantidas as atuais regras de teto.

Cursos para os servidores

Sobre o oferecimento de mais cursos específicos para os servidores técnicos administrativos, o professor Durigan disse que apresentará uma proposta de criação de um curso superior de gestão pública para os servidores. Pediu que o Sindicato elabore um levantamento acerca das solicitações de cursos feitas pelos servidores (quando do planejamento do ADP), que a reitoria vai cobrar diretamente dos diretores das Unidades.

Inclusão de benefícios

Em relação à reivindicação do aumento do subsídio do Plano Unesp Saúde, o reitor disse apenas que o Sindicato deve encaminhar um pedido à Comissão de Orçamento.

Quanto à solicitação de reajustes das diárias e igualdade nos valores, Durigan disse ser favorável, mas que fará um estudo sobre a legalidade e amparo para fazê-lo de forma isonômica.

Jornada na área da saúde

Sobre a reivindicação da aplicação da jornada de 30 horas semanais aos servidores da área da saúde (no caso, o pessoal da enfermagem), o reitor disse que aguardará a aprovação da lei para aplicação com o devido amparo legal.

Insalubridade

Durigan disse que, conforme ação movida pelo Sintunesp, a justiça determinou que fosse feita uma revisão. Ele comprometeu-se a fazê-la de "forma séria" na Universidade. Sobre o assunto, leia mais na página 8, na seção "Informes do Jurídico".

Obs: O Sintunesp já está organizando o material necessário para enviar à Comissão de Orçamento da Universidade todas as nossas reivindicações que tenham impacto financeiro.

CEAFA tem servidor na presidência pela terceira vez

O servidor Alexandre Santos Domene, de Marília, está presidindo a Comissão de Estruturas Administrativas e de Funções Autárquicas (CEAFA) desde o início de maio. Além de representante junto ao Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), ele faz parte da Diretoria Colegiada do Sintunesp.

Alexandre foi um dos três indicados pelo CADE (junto com os professores Wilson Manzoli Júnior, de Ilha Solteira, e José Xaides de Sampaio Alves, de Bauru) para a CEAFA, em reunião realizada em abril. A escolha do presidente foi produto de eleição entre eles.

Atribuições

De acordo com sua resolução de criação, datada de 2006, cabe à CEAFA manifestar-se quanto às solicitações de reposição e transferência de funções técnico-administrativas não definidas nas normas vigentes, bem como desenvolver estudos referentes às estruturas administrativas e de quadros de pessoal técnico-administrativo.

O mandato dos atuais membros da CEAFA é válido por dois anos.

Antes de Alexandre, a presidência da CEAFA foi ocupada em duas oportunidades por servidores técnico-administrativos vinculados ao "Chapão": Ademir Machado dos Santos, de Guaratinguetá, e João Carlos Camargo de Oliveira, de São José do Rio Preto. Para o Sintunesp, esta é uma conquista importante. Trata-se da única comissão presidida, até o momento, por um servidor. Além disso, a CEAFA é responsável por questões relevantes para o nosso segmento.

Eleições no Sintunesp

Assembleia no dia 10 de agosto vai escolher a Comissão Eleitoral e iniciar o processo sucessório do Sindicato

Novos membros da Diretoria Colegiada e do Conselho Diretor de Base serão eleitos no dia 2 de outubro de 2012

No dia 2 de outubro, o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp, o nosso Sintunesp, terá eleições. Serão escolhidos os novos membros da Diretoria Colegiada e do Conselho Diretor de Base que dirigirão a entidade de 14/11/2012 a 13/11/2015. As inscrições poderão ser feitas nos dias 3 a 10 de setembro.

Os filiados podem participar do processo de duas formas: 1) candidatando-se numa chapa para a Diretoria Colegiada, ou como titular e respectivo suplente na Diretoria de Base; 2) votando nas eleições.

No dia 10 de agosto, em São Paulo, a partir das 9h30, acontece a assembleia geral do Sintunesp que escolherá a Comissão Eleitoral, responsável por conduzir o pleito. De acordo com o estatuto da entidade, o papel da Comissão é organizar, coordenar e fiscalizar todo o processo eleitoral. Acompanhe todos os detalhes no edital na página seguinte.

Os cargos em disputa

No dia 2 de outubro, serão eleitos os membros da Diretoria Colegiada e do Conselho Diretor de Base. O Conselho Fiscal (outra das instâncias de direção do Sindicato) tem eleição desvinculada.

A Diretoria Colegiada é composta das seguintes coordenadorias: Política; Administrativa; Finanças; Imprensa e Comunicação; Jurídica; Formação e Cultura; Saúde e Meio-ambiente; Aposentados. Para cada uma delas, serão escolhidos um titular e um suplente.

Para compor o Conselho Diretor de Base, são eleitos Diretores (cada dupla é composta por um tilular e seu respectivo suplente) em todas as unidades, de acordo com o número de filiados ao Sindicato (*veja no quadro*).

Quem pode se candidatar e quem pode votar

O estatuto do Sintunesp indica que, para se candidatar, o servidor deve estar filiado ao Sindicato há, pelo menos, seis meses da data da eleição.

Para votar, este prazo é de três meses. Além disso, é preciso estar quite com as mensalidades.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Coordenador Político do sindicato dos trabalhadores da UNESP – SINTUNESP, no uso de suas atribuições legais e estatutária, CONVOCA todos os servidores associados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2012, às 9h30, no Auditório da Editora Unesp, no 7º andar da Praça da Sé, 108 – São Paulo/SP.

PAUTA

1) Eleição da Comissão Eleitoral Central que coordenará o processo eleitoral da Diretoria Colegiada e Conselho Diretor - Garantindo uma composição ímpar (Art. 46º do Estatuto);

Calendário para a eleição da Diretoria Colegiada e Conselho Diretor - Mandato: 14/11/2012 a 13/11/2015, a saber:

Inscrições: 03/09 a 10/09 de 2012, nos dias úteis, das 8h às 17h.

As fichas de inscrições devem ser preenchidas, assinadas e enviadas para a sede do Sintunesp em São Paulo, tanto por fax: (11) 3106-5982, como por malote. No período das inscrições, tais fichas estarão disponíveis no site do Sintunesp - www.sintunesp.org.br, junto à base de cada unidade ou por e-mail: sintunesp@uol.com.br ou sintunesp@reitoria.unesp.br.

Eleições: 02/10/2012.

Votação: A votação será realizada em todas as unidades universitárias, em local e horários a serem definidos pela Comissão Eleitoral, cumprindo-se o Artigo 48º do Estatuto do Sintunesp.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da fixação dos resultados, qualquer candidato poderá deles recorrer à Comissão Eleitoral (§ único Art.55º do Estatuto do Sintunesp).

Poderá votar o associado que estiver filiado ao Sindicato no período mínimo de 3 (três) meses anteriores às eleições. Poderá candidatar-se o associado que estiver filiado ao Sindicato no período mínimo de 6 (seis) meses anteriores às eleições.

2) Outros assuntos

Adequação do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (SINTUNESP) às especificações do Novo Código Civil.

São Paulo, 18 de julho de 2012

ALBERTO DE SOUZA
Coordenador Político

Obs: Solicitamos confirmar presença com antecedência de 72h, para que possamos tomar as devidas providências.

Atenção para o número de Diretores de Base a que cada unidade tem direito a eleger, de acordo com o número de filiados ao Sintunesp:

Campus/Unidade	Nº filiados	Nº de duplas de Diretores de Base
Araçatuba/FO	185	1
Araraquara/FCF	50	1
Araraquara/FCL	33	1
Araraquara/FO	28	1
Araraquara/IQ	16	1
Assis/FCL	76	1
Bauru/AG	161	1
Bauru/FAAC	28	1
Bauru/FC	37	1
Bauru/FE	35	1
Botucatu/AG	41	1
Botucatu/FCA	66	1
Botucatu/FM	311	3
Botucatu/FMVZ	23	1
Botucatu/IB	54	1
Franca/FHDSS	19	1
Dracena	1	
Guaratinguetá/FE	45	1
Ilha Solteira/FE	190	1

Campus/Unidade	Nº filiados	Nº de duplas de Diretores de Base
Itapeva	3	1
Jaboticabal/FCAV	97	1
Marília/FFC	126	1
Ourinhos	2	1
P. Prudente/FCT	78	1
Registro	0	
Reitoria	55	1
Rio Claro/IB	74	1
Rio Claro/IGCE	32	1
Rosana	5	1
São Paulo/IA	35	1
S. José dos Campos/FO	39	1
S. J. Rio Preto/IBILCE	103	1
São Vicente	4	1
Sorocaba	14	1
Tupã	0	

Apoio à greve nas universidades federais

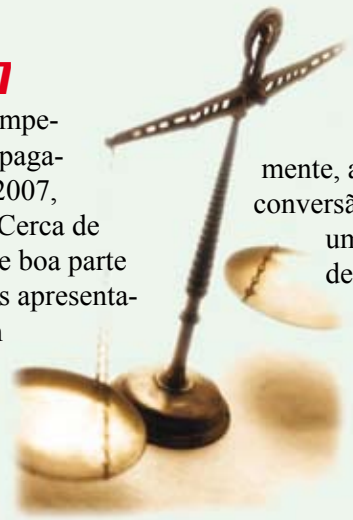
Seguindo o caminho dos docentes das universidades federais, em greve desde o dia 17 de maio, os técnico-administrativos destas instituições também cruzaram os braços a partir de 11 de junho. A decisão foi tomada em reunião plenária da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Públicas (Fasubra), realizada em 4/6.

Depois de várias tentativas de negociação com o governo, todas sem sucesso, os servidores chegaram ao limite. "Nosso caminho preferencial é sempre o da negociação, a greve é a última medida. Infelizmente, o governo federal preferiu não negociar e não nos deu outra opção", informou a Fasubra em comunicado à imprensa. As principais reivindicações dos trabalhadores são o aumento do piso salarial e a correção das pendências da carreira desde 2007.

Já os docentes defendem reivindicações por carreira única, elevação do patamar salarial e condições de trabalho.

A Assessoria Jurídica do Sintunesp elaborou um informe sobre o andamento das ações. Acompanhe a seguir:

Pagamento retroativo da Promoção do ADP de 2007



Até o momento, as ações impetradas pelo Sintunesp, buscando o pagamento retroativo da Promoção de 2007, estão sendo julgadas procedentes. Cerca de 70% das ações estão em fase final e boa parte delas já em execução, com cálculos apresentados. Algumas, inclusive, já contam com deferimento de expedição de Ofício Requisitório para pagamento dos valores devidos.

Muitos associados têm consultado os advogados sobre a possibilidade de ainda ajuizarem a ação para pagamento dos valores retroativos da promoção. A avaliação da Assessoria Jurídica do Sintunesp é que **as ações podem ser propostas até setembro deste ano**, quando então ocorrerá a prescrição do direito a estas ações: "Fundamentamos nosso entendimento no princípio de que, ao ser violado o direito, nasce para o credor o direito de ação, que deve ser exercido dentro do prazo prescricional que está descrito na lei. Este poder chama-se pretensão, sobre o qual recai, verdadeiramene, a prescrição. No caso, verifica-se que o fato gerador da pretensão só ocorreu em outubro de 2007, nascendo nesse momento o poder de se exigir a prestação pelas vias judiciais. Isso significa que a satisfação do referido direito deve ocorrer a partir de janeiro de 2004, pois foi a Unesp quem demorou na análise da concessão da promoção, inclusive suspendendo os efeitos do benefício através de portaria para estudo de alegadas distorções no sistema do ADP."

Assim, em que pese o entendimento de alguns juízes pela prescrição das parcelas devidas além dos últimos cinco anos contados da propositura da ação, os advogados do Sintunesp entendem que os servidores podem ajuizar a ação até setembro de 2012, buscando o pagamento das parcelas devidas a partir de janeiro de 2004 (promoção referente ao exercício de 2003) ou 2005 (promoção referente ao exercício de 2004)

Conversão dos vencimentos em URV

Em razão do entendimento adotado pelos Tribunais Superiores, determinando também a aplicabilidade da Lei 8.880/94 aos servidores públicos estaduais, constatou-se que vários entes públicos não efetuaram corretamente a conversão dos salários de Cruzeiros Reais em URVs, em março de 1994.

Como já divulgado anteriormente, a Unesp também não fez essa conversão de maneira correta, ocasionado uma perda média salarial em torno de 6,5% em alguns casos.

O artigo 22 da referida Lei diz que os vencimentos dos servidores públicos civis e militares deveriam ser convertidos em URV no dia 1º de março de 1994 da seguinte forma:

I - Dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, independentemente da data do pagamento;
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior;

Analisando os holerites de um servidor, enviados para ajuizamento da ação, temos o seguinte cálculo que serve como exemplo:

- Divisão do vencimento nominal de novembro de 1993 pelo índice de 238,32.

- Divisão do vencimento nominal de dezembro de 1993 pelo índice de 327,90.

- Divisão do vencimento nominal de janeiro de 1994 pelo índice de 458,16.

- Divisão do vencimento nominal de fevereiro de 1994 pelo índice de 637,64.

Salário nominal em novembro de 1993 = 26.770,28 : 238,32 = 112,32.

Salário nominal em dezembro de 1993 = 36.364,75 : 327,90 = 110,90.

Salário nominal de janeiro de 1994 = 50.372,45 : 458,19 = 109,94.

Salário nominal de favereiro de 1994 = 70.672,54 : 637,64 = 110,83.

Média aritmética = 443,99 : 4 = 110,99 - valor correto em URV para pagamento em 01/03/1994.

Valor convertido pela Unesp em 01/03/1994 = 104,24.

Perda salarial: 6,48%

Neste exemplo, a partir da simples conta aritmética, verifica-se uma perda salarial de 6,48%, decorrente da conversão errônea efetuada pela Unesp.

A assessoria jurídica do Sintunesp enfatiza que o embate jurídico nos tribunais, todavia, não decorre da perda salarial e sim em razão da interpretação da prescrição do fundo de direito. "Com o advento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as ações com valor de proveito econômico inferior a 60 salários mínimos devem, obrigatoriamente, tramitar pelos referidos Juizados nas comarcas onde estão instalados", explicam os advogados. Eles frisam que o trâmite das ações nos Juizados Especiais é mais rápido, porém, a oportunidade de recursos é muito restrita. "Ocorre que muitas ações de URV estão sendo julgadas procedentes nos Juizados Especiais, mas os Colégios Recursais estão decidindo pela prescrição do fundo de direito, reformando as decisões de primeira instância e determinando a improcedência das ações", destacam.

Também em primeira instância, alguns Juizados vêm adotando a posição dos Colégios Recursais, reconhecendo na sentença a prescrição do fundo de direito e julgando improcedentes as ações. É o caso de Marília e Araçatuba.

Diversamente dos Colégios Recursais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de não incidência da prescrição ao fundo de direito e sim das parcelas vencidas após os últimos cincos anos da propositura da ação. Por força da posição contrária dos Colégios Recursais dos Juizados Especiais, o STJ recentemente determinou a suspensão dos prazos dos recursos em trâmite que versam sobre a conversão de vencimentos em URV.

Diante do impasse criado pelo STJ junto aos Colégios Recursais, a Assessoria Jurídica do Sintunesp tem priorizado, onde é possível, o ajuizamento das ações de URV em grupos de servidores, pelo rito Ordinário. Ou seja, tem evitado o aforamento das ações juntos aos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Ação coletiva da Insalubridade: Unesp e FESP sofrem nova derrota no Tribunal de Justiça

A 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a sentença de primeira instância, condenando solidariamente a Unesp e a Fazenda do Estado a promoverem perícias técnicas em todos os setores para revisão do Adicional de Insalubridade dos servidores. A Unesp e a Fesp questionaram em seus recursos a legitimidade do Sintunesp

em representar os seus associados em Juízo, alegando que agiram com observância ao princípio da legalidade e ausência de prejuízos aos servidores.

Na ação coletiva, a Assessoria Jurídica do Sintunesp alegou que, desde 1994, a Unesp iniciou estudos para revisar os laudos de insalubridade existentes e sempre adiou a efetiva conclusão dos procedimentos. Em janeiro de 2000, a Unesp emitiu o Ofício Circular nº 03/2000, atestando que foram elaborados laudos técnicos sem as visitas de peritos especializados, usando os denominados gabaritos como paradigmas.

No curso da ação, foi provado que muitos relatórios elaborados pela Unesp, com base na resolução STR nº 37, estavam com erros, levando ao corte e também ao rebaixamento de grau dos Adicionais de Insalubridade de vários servidores. Também foi reconhecida a legitimidade do Sintunesp para a defesa dos interesses individuais difusos de seus associados.

A decisão judicial diz ser "imprescindível o periciamento por servidores da Secretaria de Empregos e Relações do Trabalho". Diz, ainda, que a situação poderia ser evitada caso a Unesp e a Fesp "tivessem realmente (ou honestamente) cumprido as disposições legais e princípios constitucionais – entre os quais a eficiência".

Os advogados do Sintunesp enfatizam que a decisão ainda não é definitiva, existindo a possibilidade de recurso da Unesp e da FESP junto ao STJ e STF.

Devolução de Contribuição Previdenciária dos inativos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo IPESP, mantendo a decisão de primeira instância, favorável aos associados inativos, estabelecendo a devolução dos valores cobrados a título de contribuição previdenciária no período de dezembro de 1998 a dezembro de 2003.

O IPESP entrou com o Agravo Regimental contra a decisão do STJ, que havia negado seguimento ao recurso de Apelação por considerá-lo meramente protelatório. Existe ainda a possibilidade remota de o IPESP tentar novo recurso ao STJ. Caso não venha a recorrer, o processo voltará à Vara de origem, quando então a Assessoria Jurídica do Sintunesp iniciará a execução para devolução dos valores descontados indevidamente.

Esclarecimentos sobre o pagamento de custas processuais

Algumas dúvidas têm sido levantadas pelos servidores associados acerca do pagamento das custas processuais e eventuais verbas de sucumbência nos processos judiciais promovidos por meio do Sintunesp.

Os advogados do Sintunesp esclarecem que, quando não é obtido em favor do servidor o benefício da gratuidade da justiça, o Sindicato arca com as despesas e custas processuais (recolhimento de emolumentos efetuados ao Estado).

Se o servidor sair vencedor da ação, ele receberá o valor total da condenação a que tem direito, sendo que os honorários de sucumbência (aqueles aos quais os advogados têm direito por promoverem e darem andamento à ação e que são fixados pelo juiz da causa), serão pagos pela própria Unesp. Tal pagamento é feito diretamente no processo em favor do advogado (no caso, da Assessoria Jurídica do Sintunesp), ou seja, não há desconto de honorários advocatícios do valor a receber pelo servidor.

Já no caso de improcedência da ação, o servidor arcará com o pagamento das verbas sucumbenciais, determinadas pelo juiz da causa, em favor dos Procuradores da Unesp.

Artigo

Desabafo e indignação

** Por Luiz Ferreira dos Santos*

Sou funcionário público, servidor da Faculdade de Odontologia da Unesp – Campus de Araçatuba, desde 01/06/1978. Nasci em 10/12/1953, portanto, tenho quase 59 anos de idade. Prestes a me aposentar, passei por uma situação e uma experiência as quais não desejo a ninguém. Por conta de muita indignação, decidi torná-las públicas.

Durante esses longos anos de trabalho e muita dedicação, sem ter tido sequer uma licença saúde, tive a infelicidade de sofrer um acidente de percurso, durante o trajeto que faço todos os dias de minha residência para o trabalho e vice-versa, com minha velha e querida bicicleta, que já me acompanha há 37 anos.

Por sorte e pela vontade de "Deus", fui poupado e sobrevivi sem nenhuma sequela, ficando imobilizado pelo período de três meses devido às fraturas na clavícula esquerda e três costelas, além de trincar a 11ª vértebra.

Ao voltar à ativa, após 15 dias de férias, portanto quase quatro meses após o acidente, ainda sofro as consequências. Não sei se pela lei, por normas burras ou por excesso de burocracia, ainda não obtive a conversão de minha licença saúde para acidente de percurso, como determina a lei trabalhista, o que me causou alguns prejuízos, como, por exemplo, o bloqueio da concessão do meu Vale Alimentação. Espero que não tenha que pagar esses meses de minha ausência com trabalho antes de minha aposentadoria, que deve ocorrer o ano que vem.

Quero deixar claro que não quero acusar ninguém pelo meu prejuízo, pois tenho consciência de que muitas vezes sofremos as consequências de nossos próprios atos, principalmente devido aos que querem burlar as leis com inverdades ou descumprimento da mesma.

Meu único objetivo é o de alertar a todos de que ninguém passa por uma doença ou sofre um acidente por vontade própria e que, enquanto seres humanos, todos nós estamos sujeitos a esses momentos e acontecimentos.

Sabemos que o sofrimento é maior do que possamos imaginar, pois nunca sofremos sozinhos, uma vez que toda família também sofre. Por isso, não precisamos ser punidos com o prolongamento desse sofrimento por conta da burocracia, normas ou leis, que nesses momentos devem ser ágeis em suas aplicações, porque é justamente quando mais necessitamos que elas funcionem e nos amparem.

Espero que nenhum de meus irmãos e colegas de Unesp passem pelo que passei. Se as leis são burocráticas ao ponto de atrapalhar, entendo que elas podem mudar, a começar pelo empenho de nossos representantes nos órgãos colegiados, para que nem mesmo os que hoje ou futuramente venham a fazer parte desses colegiados passem pelo que passei.

Meu muitíssimo obrigado a todos os que tiverem a paciência de dar atenção a este meu desabafo. Espero que, futuramente, possa causar efeitos positivos nas soluções deste e de outros problemas que, com certeza, com vontade política e dedicação de todos, possamos mudar para que tenhamos dias melhores para todos nós.

** **Luiz Ferreira dos Santos**, servidor técnico-administrativo no campus de Araçatuba*

BALANCETE DE FEVEREIRO 2012

SALDO ANTERIOR (JANEIRO DE 2.012)		VALOR
SANTANDER	R$	4.796,68
BANCO DO BRASIL	R$	6.635,54
TOTAL DISPONIVEL	R$	11.432,22
RECEITAS		**VALOR**
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R$	51.459,42
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R$	-
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R$	100,00
TOTAL DE ENTRADA	R$	52.741,80
DESPESAS		**VALOR**
SALÁRIOS / V. ALIM / V.TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R$	9.351,97
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R$	1.689,60
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R$	2.408,87
ENCARGOS DE PESSOA JURÍDICA	R$	1.745,49
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R$	53,90
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R$	1.425,50
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R$	167,60
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R$	730,30
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	944,31
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R$	1.760,00
HONORÁRIOS JORNALISTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R$	1.260,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R$	78,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R$	3.380,00
CALENDÁRIO	R$	3.640,51
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R$	-
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R$	500,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R$	564,37
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R$	534,85
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R$	2.552,04
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DIRET. COL. E CONS. DIRET. / CONS. FISCAL	R$	7.588,91
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R$	79,45
TOTAL DAS DESPESAS	R$	51.915,40
APLICAÇÕES		**VALOR**
APLICAÇÃO SANTANDER	R$	-
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R$	5.337,14
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 2º (SALDO)	R$	50.685,22
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R$	816,43
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R$	44.146,79
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) DEZEMBRO	R$	-
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) JANEIRO	R$	-
TOTAL DISPONÍVEL	R$	100.985,58
SALDO ATUAL (FEVEREIRO 2.012)		
SANTANDER	R$	3.611,31
BANCO DO BRASIL	R$	8.647,31
TOTAL DISPONÍVEL	R$	12.258,62

BALANCETE APROVADO POR:

JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO

MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL

DATA: 02 /03 /2012

DATA: 18 / 07 / 12

BALANCETE DE MARÇO 2012

SALDO ANTERIOR (FEVEREIRO DE 2.012)		VALOR
SANTANDER	R$	3.611,31
BANCO DO BRASIL	R$	8.647,31
TOTAL DISPONIVEL	R$	12.258,62
RECEITAS		**VALOR**
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R$	51.656,37
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R$	1.182,38
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R$	1.121,69
TOTAL DE ENTRADA	R$	53.960,44
DESPESAS		**VALOR**
SALÁRIOS / V. ALIM / V.TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R$	5.288,47
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R$	1.689,60
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R$	2.973,99
ENCARGOS DE PESSOA JURÍDICA	R$	766,17
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R$	52,16
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R$	1.407,92
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R$	429,52
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R$	1.287,24
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.379,76
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R$	560,00
HONORÁRIOS JORNALISTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R$	1.050,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R$	169,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R$	-
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R$	-
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R$	3.500,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R$	1.076,66
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R$	2.088,95
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R$	4.188,63
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DA COMISSÃO ORG. DO CONGRESSO	R$	-
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R$	109,45
TOTAL DAS DESPESAS	R$	39.477,25
APLICAÇÕES		**VALOR**
APLICAÇÃO SANTANDER	R$	-
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R$	5.356,47
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 2º (SALDO)	R$	50.886,54
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R$	819,39
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R$	44.466,29
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL)	R$	-
TOTAL DISPONÍVEL	R$	101.528,69
SALDO ATUAL (MARÇO 2.012)		
SANTANDER	R$	4.135,27
BANCO DO BRASIL	R$	22.606,54
TOTAL DISPONÍVEL	R$	26.741,81

BALANCETE APROVADO POR:

JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO

MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL

DATA: 03 / 04 / 2012

DATA: 18 / 07 / 12

BALANCETE DE ABRIL 2012

SALDO ANTERIOR (MARÇO DE 2.012)		VALOR
SANTANDER	R$	4.135,27
BANCO DO BRASIL	R$	22.606,54
TOTAL DISPONIVEL	R$	26.741,81
RECEITAS		**VALOR**
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R$	51.427,62
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R$	-
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R$	688,93
TOTAL DE ENTRADA	R$	53.298,93
DESPESAS		**VALOR**
SALÁRIOS / V. ALIM / V.TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R$	5.414,95
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R$	1.689,60
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R$	2.834,16
ENCARGOS DE PESSOA JURÍDICA	R$	2.000,13
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R$	178,88
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R$	459,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R$	63,26
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R$	1.939,09
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R$	197,60
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R$	730,30
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	3.792,86
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R$	1.560,00
HONORÁRIOS JORNALISTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R$	1.260,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R$	78,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R$	-
SEGURO DA SUB SEDE BOTUCATU	R$	295,40
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R$	352,20
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R$	1.000,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R$	-
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R$	1.519,05
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R$	5.696,62
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DA DIRET. COL. E CONS. DIRETOR	R$	3.872,49
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R$	77,70
CESTA DE NATAL	R$	666,00
DESPESAS DO IX CONGRESSO (MATERIAL P/ CONGRESSO/ XEROX PLASTIFICAÇÃO)	R$	17,06
TOTAL DAS DESPESAS	R$	46.854,08
APLICAÇÕES		**VALOR**
APLICAÇÃO SANTANDER	R$	15.000,00
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R$	5.371,59
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 2º (SALDO)	R$	51.005,81
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R$	821,70
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R$	44.531,67
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) FEVEREIRO	R$	2.573,65
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) MARÇO	R$	2.573,40
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) ABRIL	R$	2.565,18
TOTAL DISPONÍVEL	R$	124.443,00
SALDO ATUAL (ABRIL 2.012)		
SANTANDER	R$	5.223,77
BANCO DO BRASIL	R$	5.250,66
TOTAL DISPONÍVEL	R$	10.474,43

BALANCETE APROVADO POR:

JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO

MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL

DATA: 10 / 05 / 2012

DATA: 18 / 07 / 12

BALANCETE DE MAIO 2012

SALDO ANTERIOR (ABRIL DE 2.012)		VALOR
SANTANDER	R$	5.223,77
BANCO DO BRASIL	R$	5.250,66
TOTAL DISPONIVEL	R$	10.474,43
RECEITAS		**VALOR**
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R$	51.316,92
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R$	-
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R$	495,50
TOTAL DE ENTRADA	R$	52.994,80
DESPESAS		**VALOR**
SALÁRIOS / V. ALIM / V.TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R$	8.354,14
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R$	1.689,60
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R$	2.477,39
ENCARGOS DE PESSOA JURÍDICA	R$	1.528,87
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R$	55,45
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R$	1.974,86
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R$	167,60
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R$	730,30
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	888,31
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R$	1.100,00
HONORÁRIOS JORNALISTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R$	1.260,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R$	175,50
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R$	886,29
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R$	3.170,00
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R$	-
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R$	600,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R$	450,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R$	773,49
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R$	756,00
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R$	6.986,90
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DA COMISSÃO ORG. DO CONGRESSO	R$	-
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R$	78,20
TOTAL DAS DESPESAS	R$	45.562,63
APLICAÇÕES		**VALOR**
APLICAÇÃO SANTANDER	R$	8.820,69
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R$	5.387,63
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 2º (SALDO)	R$	66.204,53
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R$	824,15
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R$	52.459,99
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL)	R$	-
TOTAL DISPONÍVEL	R$	133.696,99
SALDO ATUAL (MAIO 2.012)		
SANTANDER	R$	3.139,69
BANCO DO BRASIL	R$	5.946,22
TOTAL DISPONÍVEL	R$	9.085,91

BALANCETE APROVADO POR:

JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO

MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL

DATA: 04 / 06 / 2012

DATA: 18 / 07 / 12

Criminalização dos movimentos

Audiência pública na Alesp evidenciou sistema ditatorial na USP

No dia 27 de junho, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) realizou uma audiência pública para debater dois pontos considerados relevantes para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza no momento atual: a criminalização dos movimentos sindical e estudantil e o financiamento.

A audiência foi promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Alesp, a pedido do Fórum das Seis.

A atividade foi acompanhada por caravanas de servidores, docentes e estudantes. A primeira parte foi destinada à questão da criminalização. Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), acusou a reitoria da USP de ser autoritária e despótica. "Fui estudante da USP na época da ditadura militar e sei que nenhum professor, servidor ou estudante foi expulso naquela época com base em processos administrativos, pois a comunidade acadêmica resistiu a isso. Para tirar Fernando Henrique, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e outros, tiveram que usar o AI5", disse o advogado, em referência ao Ato Institucional baixado pelo governo militar, que "legalizou" as perseguições políticas no país no final dos anos 60.

Greenhalgh revelou que seu escritório de advocacia tem sob sua responsabilidade, hoje, 23 processos administrativos disciplinares, 18 ações cíveis em que a reitoria da USP busca indenização do Sintusp e 23 ações criminais contra os dirigentes do sindicato. Ao todo, cerca de 80 estudantes sofrem processos administrativos e/ou ações cíveis e criminais na USP. Ele se declarou estarrecido com o fato de que a maior parte destes processos tenha sido aberta com base em boletins de ocorrência abertos por pessoas ligadas à administração da USP. "Não há, no mundo jurídico, um único livro de Direito que preveja a hipótese de abertura de um processo administrativo disciplinar com base em um boletim de ocorrência, que pode ser feito por qualquer pessoa", enfatizou.

Vários deputados ligados à Comissão de Educação e Cultura fizeram uso da palavra, criticando a criminalização dos movimentos nas universidades estaduais e cobrando a presença dos reitores na Alesp.

A professora Heloisa Borsari, presidente da Adusp, destacou a irregularidade dos processos contra os estudantes: "Lá está escrito que você é culpado porque não conseguiu convencer a comissão de que é inocente", disse. Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, denunciou o clima de terror existente na USP. "Os diversos processos contra os movimentos sindicais têm silenciado os que estão insatisfeitos com a gestão Rodas", lamentou.

Financiamento

A segunda parte da audiência foi dedicada à questão do financiamento da educação pública. O professor Otaviano Helene, ex-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp) fez uma explanação sobre o assunto.

"A soma do orçamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza equivale, em média, na última década, a 0,5% do PIB estadual, o que já seria pouco", disse. Ele destacou que, no entanto, o percentual efetivamente aplicada na graduação superior pública pelo governo paulista é ainda menor que isso. "Grande parte do orçamento das universidades estaduais corresponde a despesas previdenciárias, a cursos de pós-graduação e à pesquisa científica e tecnológica. Então, os investimentos em ensino público de graduação no estado de São Paulo são, grosso modo, da ordem de 0,25% do PIB estadual".

O professor ponderou ainda que, mesmo que aos valores investidos pelo governo estadual somem-se aos investimentos federais em São Paulo, dificilmente chegaríamos a 0,3% do PIB paulista destinado à educação pública em nível de graduação.

"Esse pequeno valor tem múltiplas consequências. Por exemplo, ele abre as portas para as instituições privadas, que se beneficiam da ausência do setor público. Além disso, comprometemos a formação de quadros, tanto para a produção de bens e serviços como para o desenvolvimento social do Estado", frisou Otaviano. "Os investimentos em ensino de graduação devem ser medidos em valores certamente superiores à 1% do PIB, em especial em países ou regiões mais industrializadas", finalizou.

Na foto logo acima, o professor Otaviano Helene, da USP, fala sobre financiamento. Na foto do alto, Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado do Sintusp

BALANCETE DE JUNHO 2012

SALDO ANTERIOR (MAIO DE 2.012)		VALOR
SANTANDER	R$	3.139,69
BANCO DO BRASIL	R$	5.946,22
TOTAL DISPONIVEL	R$	9.085,91
RECEITAS		**VALOR**
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R$	57.194,71
RESGATE APLICAÇÃO SANTANDER	R$	63.200,00
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R$	1.231,33
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R$	38,47
TOTAL DE ENTRADA	R$	121.664,51
DESPESAS		**VALOR**
SALÁRIOS / V. ALIM / V.TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R$	5.614,17
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R$	1.707,80
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R$	2.387,44
ENCARGOS DE PESSOA JURÍDICA	R$	1.879,09
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R$	57,21
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R$	1.714,99
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R$	462,31
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R$	730,30
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R$	3.047,56
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R$	860,00
HONORÁRIOS JORNALISTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R$	1.324,47
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R$	117,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R$	-
CALENDÁRIO	R$	-
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R$	100,00
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R$	600,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R$	150,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R$	436,99
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R$	680,00
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R$	6.035,50
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DA COMISSÃO ORG. DO CONGRESSO	R$	2.259,95
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R$	92,70
CONSTRUTURA DA SUBSEDE BOTUCATU	R$	63.200,00
FAIXA - ATO DE PARALIZAÇÃO	R$	60,00
TOTAL DAS DESPESAS	R$	104.977,21
APLICAÇÕES		**VALOR**
APLICAÇÃO SANTANDER	R$	15.000,00
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R$	5.399,45
APLICAÇÃO FBQ ANTERIOR 2º (SALDO)	R$	26.943,76
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R$	825,96
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R$	52.679,44
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) JUNHO	R$	2.859,74
TOTAL DISPONÍVEL	R$	103.708,35
SALDO ATUAL (JUNHO 2.012)		
SANTANDER	R$	3.928,91
BANCO DO BRASIL	R$	3.984,56
TOTAL DISPONÍVEL	R$	7.913,47

BALANCETE APROVADO POR:

JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO
DATA: 16/07/2012

MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL
DATA: 18/07/12

Conjuntura

10% do PIB para a educação

Medida aprovada pela Câmara prevê aplicação somente em dez anos, mas ainda assim pode ser vetada pelo governo

No dia 26/6/2012, uma comissão especial da Câmara de Deputados federais aprovou o relatório do Plano Nacional de Educação (PNE) para vigência nos próximos dez anos. O principal destaque da votação foi o que aumenta a meta de aplicação de recursos na educação, dos 8% do Produto Interno Bruto (PIB) propostos pelo relator para 10%. A reunião foi acompanhada por várias entidades ligadas à educação.

Um detalhe importante: a reivindicação dos movimentos sociais é que os 10% sejam aplicados imediatamente. No entanto, o que foi aprovado pela comissão é que os 10% serão atingidos, progressivamente, em uma década. Ainda assim, não é certo que a medida seja colocada em prática. Agora, o projeto de lei segue para o Senado. Caso haja alterações, voltará para apreciação dos deputados. Se não houver nenhuma mudança, o projeto seguirá direto para sanção da presidente Dilma Roussef, que poderá vetá-lo parcial ou totalmente. Neste caso, ainda haveria a possibilidade de o Congresso Nacional derrubar o veto.

Atualmente, o país investe somente 5% do PIB em educação.

O que pode "quebrar" o Estado

No Brasil, é incontestável a necessidade de mais recursos para a educação pública: faltam vagas em creches; o atendimento em pré-escolas é pequeno; o tempo é reduzido e a qualidade é precária nos ensinos fundamental e médio; é gritante a falta de vagas nas universidades públicas e é crescente a disputa por cursos de pós-graduação. Isso sem falar na existência de milhões de analfabetos e de um contingente de pessoas que sequer tiveram respeitado o direito de concluir o ensino fundamental.

Mesmo diante deste quadro tenebroso, a aprovação dos 10% na comissão especial da Câmara provocou uma reação por parte do Poder Executivo. Durante um encontro com empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o aumento dos gastos com a educação "coloca em risco a solidez fiscal do país" (*Folha de S. Paulo*, 4/7/2012).

Para os professores cariocas Júlia de Medeiros Braga (UFF), Roberto de Souza Rodrigues (UFRRJ) e Denise Gentil Lobato (UFRJ), autores do artigo "Política Fiscal e Plano Nacional de Educação", o risco que o país corre é exatamente o oposto.

"O não aumento das despesas com educação é que pode quebrar o Estado brasileiro. Podemos afirmar que o aumento das despesas em educação para 10% do PIB é imprescindível para que o Estado brasileiro consiga atingir um crescimento sustentável no longo prazo e, portanto, não quebre", rebatem os docentes. Eles relacionam os motivos para a afirmação:

1) Melhores salários para os profissionais da área de educação aumentam o seu desempenho, além de atrair novos formandos para a carreira;

2) O acesso à educação infantil, fundamental e média para todos os níveis tende a aumentar, fazendo com que a população fique mais educada e com melhores possibilidades de responder aos desafios do desenvolvimento;

3) As escolas terão melhores estruturas para funcionamento, tornando a vivência de alunos e professores durante o horário escolar mais digna, estimulando a permanência de alunos em sala de aula;

4) O ensino universitário e as pesquisas acadêmicas tendem a melhorar, formando bons profissionais e desenvolvendo novas tecnologias, que nos permitirão ser mais competitivos perante parceiros internacionais e gerar produtos de maior conteúdo tecnológico.

SINTUNESP PRESENTE

Não fique só! Fique sócio!

O Sintunesp tem sido figura central nas lutas dos trabalhadores da Unesp desde a sua criação, em 1989.
Nestes anos todos, as conquistas que tivemos, desde os reajustes salariais até as questões mais específicas, quase sempre foram o resultado das greves, manifestações e outras formas de luta da categoria.
Cabe ao Sindicato a função de organizar, mobilizar, informar, dar assistência jurídica... enfim, fornecer toda a estrutura material e política para que os servidores lutem por seus direitos.
Mas, para cumprir mais e mais o seu papel, o Sintunesp precisa se fortalecer.
Sindicato forte só existe quando os trabalhadores participam dele.
Ter um bom número de sócios é muito importante.
Se você ainda não é sindicalizado, chegou a hora.
Procure o Diretor de Base do seu campus ou obtenha a ficha de filiação diretamente no site da entidade (www.sintunesp.org.br).
Não fique só! Fique sócio!